



Ata Nº 4/2026/IPAM-COMIN

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – IPAM

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPAM REALIZADA EM 26/02/2026

Aos 26 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14h, reuniram-se, presencialmente, os membros do Comitê de Investimento do IPAM, senhores Júlio César de Souza Ferreira, Odilon José de Santana Júnior, Rodrigo Ferreira Soares, Orivaldo Bezerra de Salles, Maria Irisney Barbosa de Souza, conduzida pela Diretora-Presidente, Sra. Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, para tratar das seguintes pautas: **1. Apresentação do Relatório Mensal da carteira de Investimento do IPAM, referente ao mês de janeiro de 2026; e 2. Outros assuntos relacionados ao Comitê**, conforme convocação no Memorando nº 06/2026/COMIN. A Presidente do Comitê, Sra. Claudineia Araújo iniciou a reunião saudando a todos, e passou a palavra ao Sr. Reiter para dar início do **primeiro item da pauta**, que iniciou falando sobre o cenário econômico: O mês de janeiro de 2026 destacou a consolidação de um ambiente doméstico mais favorável, ainda que condicionado à continuidade da desinflação e, sobretudo, à disciplina fiscal. No âmbito da política monetária, o Copom manteve a taxa Selic em 15% a.a., mas sinalizou o início de um ciclo de flexibilização a partir de março, ancorado na convergência gradual da inflação e em projeções que situam a inflação no horizonte relevante dentro da meta. As expectativas de mercado apontam para uma Selic ao final de 2026 na faixa de 12,25% a 12,5% a.a., com riscos associados a uma atividade mais aquecida do que o previsto, eventual depreciação cambial e a possíveis pressões inflacionárias decorrentes de um quadro fiscal mais expansionista. Nesse sentido, o relatório ressalta que a trajetória da dívida pública, próxima de 70% do PIB, e a persistência de déficits primários exigem coordenação entre política fiscal e monetária para preservar a credibilidade e permitir a queda sustentável dos juros. No mercado de trabalho, o documento evidencia resiliência, com desemprego em 5,1% no trimestre encerrado em dezembro de 2025, mínima histórica, e expansão da massa de renda real, que alcançou R\$ 361,7 bilhões em 2025, sustentando o consumo sem, até o momento, comprometer a dinâmica inflacionária. Ainda assim, há indicação de acomodação marginal em alguns indicadores de emprego formal, e projeta-se leve alta do desemprego ao longo de 2026. No cenário internacional, prevalece um Federal Reserve em compasso de espera, com juros entre 3,5% e 3,75% a.a. e expectativa de cortes moderados ao longo de 2026, em contexto de inflação ainda acima da meta. O relatório também aponta fatores geopolíticos relevantes, como a intervenção dos EUA na Venezuela, com potencial de ampliar a oferta de petróleo no médio prazo e influenciar preços de commodities, além das tensões estratégicas envolvendo a Groenlândia e seus minerais críticos. Por fim, ressalta-se o acordo União Europeia-Mercosul como oportunidade estrutural de longo prazo para o Brasil, embora sua ratificação deva atrasar em função de revisões legais e pressões políticas na União Europeia. Após explanação, iniciou-se o apontamento do Relatório de Investimentos das aplicações financeiras do mês janeiro do ano de 2026. O IPAM finalizou o mês com patrimônio líquido de R\$ 1.227.917.016,74 (um bilhão duzentos e vinte e sete milhões novecentos e dezessete mil e dezesseis reais e setenta e quatro centavos), que representa um crescimento de 0,81% (zero vírgula oitenta e um por cento) no ano. A carteira de investimentos atingiu em janeiro a rentabilidade positiva de 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento) equivalente a um ganho de R\$ 15.974.395,26 (quinze milhões novecentos e setenta e quatro mil e trezentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos). No acumulado, a rentabilidade da carteira no ano está, até o momento, em 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento), representando um ganho de R\$ 15.974.395,26 (quinze milhões novecentos e setenta e quatro mil e trezentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos), enquanto a meta atuarial (IPCA + 6,16%) acumulada é de 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento). Diante dos resultados, a consultoria de investimentos sugeriu a realocação de 10% dos investimentos do Fundo Capitalizado, aproximadamente R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em fundos IRF-M, podendo ser tanto do Banco do Brasil quanto da Caixa Econômica Federal, pois as duas instituições tem rentabilidade muito próximas, ou ainda poderá ser dividido entre estas instituições de forma igual ou proporcional a depender da decisão da diretoria do IPAM. Informou ainda que a sugestão é fundamentada principalmente no acompanhamento do cenário econômico apresentado, aproveitando-se da expectativa de queda de juros para trazer um prêmio para a carteira do IPAM, mesmo com fundos conservadores. Apresentou-se ainda que o IPAM encontra-se devidamente enquadrado nos limites da resolução 4.963 CMN, resolução válida até 31/01/2026, a partir de fevereiro de 2026 passa a vigorar a Resolução CMN 5272/2025. Após a demonstração dos resultados, o COMIN aprovou o Relatório de Investimentos das aplicações financeiras apresentado. A presidente do COMIN colocou em deliberação, e por unanimidade os membros do COMIN aprovaram a realocação dos recursos sugeridos, observando que trata de fundos 100% títulos públicos federais, devidamente enquadrados com a PI-2026 do IPAM e com a Resolução CMN 5272/2025, a ser realizado no decorrer do mês de março, respeitando as diretrizes aprovadas na Política de Investimentos, no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em fundos IRF-M, e a receitas deverão permanecer sendo aplicadas em fundo DI, como já deliberado anteriormente. Presidente do Comitê de Investimentos do IPAM deu como encerrada a reunião e eu, Maria Irisney Barbosa de Souza, secretariei e lavrei a Ata, firmada por mim e todos os membros do Comitê de Investimentos presentes.

Porto Velho, 26 de fevereiro de 2026.

CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE

Diretora-Presidente do IPAM

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA FERREIRA

Coordenador Administrativo e Financeiro

MARIA IRISNEY BARBOSA DE SOUZA

Membro do Comitê de Investimentos

ORISVALDO BEZERRA DE SALLES

Coordenador de Previdência

ODILON JOSÉ DE SANTANA JÚNIOR

Responsável pela Gestão dos Recursos do RPPS

RODRIGO FERREIRA SOARES
Membro do Comitê de Investimentos



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar de Souza Ferreira, Membro(a)**, em 05/03/2026, às 09:12, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Jose de Santana Junior, Membro(a)**, em 05/03/2026, às 09:13, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Soares, Membro(a)**, em 05/03/2026, às 10:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Orisvaldo Bezerra De Salles, Membro(a)**, em 05/03/2026, às 11:21, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Irisney Barbosa de Souza, Membro(a)**, em 05/03/2026, às 11:54, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, Membro(a)**, em 05/03/2026, às 13:03, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0603646** e o código CRC **0A11DD52**.



011.000790/2026-41

0603646v4